

doi:

A QUESTÃO AMBIENTAL E O GOVERNO BOLSONARO: ENTRE CONFLITOS AMBIENTAIS E IDEIAS CONSPIRATÓRIAS

Manuela Souza Siqueira Cordeiro¹

 <https://orcid.org/0000-0002-5096-4014>

Roberta Brandão Novaes²

 <https://orcid.org/0000-0003-2851-2641>

Sérgio Botton Barcellos³

 <https://orcid.org/0000-0002-6935-4398>

RESUMO

O objetivo deste texto é discutir as mudanças legislativas e o desmonte das instituições ambientais durante o atual governo federal brasileiro. Desde 2018, essas mudanças são parte de um processo de intensificação de danos ambientais e de promoção de violência contra povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e uma diversidade de populações do campo e da floresta. Este texto foi produzido a partir de uma revisão bibliográfica e da análise de documentos, legislações e notícias publicadas em diversas mídias nos últimos três anos. O recorte temporal compreende o ano de 2018 até 2022. Como resultados deste trabalho, indica-se que a orientação política do governo Bolsonaro, no que se refere à questão ambiental, é pautada pelo favorecimento da apropriação e espoliação dos elementos naturais do país e dos territórios pelo capital, a partir de uma experiência autoritária com traços neofascistas, formada por uma coligação entre determinados setores do exército brasileiro, do agronegócio, de grupos neopentecostais e transnacionais da mineração, do hidronegócio, dentre outros ramos de *commodities*.

Palavras-chave: Questão Ambiental. Governo Bolsonaro. Conflitos Ambientais. Desmonte Institucional.

THE ENVIRONMENTAL ISSUE AND THE BOLSONARO GOVERNMENT: BETWEEN ENVIRONMENTAL CONFLICTS AND CONSPIRATORIAL IDEAS

ABSTRACT

The objective of this text is to discuss the legislative changes and the dismantling of environmental institutions during the current Brazilian federal government. Since 2018, these changes are part of a process of intensification of environmental damage and promotion of violence against indigenous peoples, quilombolas, riverine peoples and a diversity of rural and forest populations. This text was produced on the basis of a bibliographical review and analysis of documents, legislation and news published in various media over the last three years. The time frame comprises the year 2018 to 2022. As results of this work, it is indicated that the political orientation of the Bolsonaro government, with regard to environmental issues, is guided by the favoring of the appropriation and plundering of the natural elements of the country and territories by capital, from an authoritarian experience with neo-

¹ Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente do Instituto de Antropologia (INAN) da Universidade Federal de Roraima. E-mail: cordeiro.manuela@gmail.com.

² Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Território, Ambiente e Sociedade da Universidade Católica do Salvador. Professora do Centro Universitário Nobre. E-mail: robertab.novaes@gmail.com.

³ Doutor em Ciências Sociais do Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Docente do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: sergiobbarcellos.ufpb@gmail.com.

fascist traits, formed by a coalition between certain sectors of the Brazilian army, agribusiness, neo-Pentecostal groups and transnational mining, hydrobusiness, among other branches of commodities.

Keywords: Environmental Issue. Bolsonaro Government. Environmental Conflicts. Institutional Dismantling.

LA CUESTIÓN AMBIENTAL Y EL GOBIERNO DE BOLSONARO: ENTRE LOS CONFLICTOS MEDIOAMBIENTALES Y LAS IDEAS CONSPIRATIVAS

RESUMEN

El objetivo de este texto es discutir sobre los cambios legislativos y el desmantelamiento de las instituciones ambientales durante el actual gobierno federal brasileño. Desde 2018, estos cambios forman parte de un proceso de intensificación de la destrucción de la naturaleza y de promoción de la violencia contra los pueblos indígenas, quilombolas, pueblos ribereños y una diversidad de poblaciones rurales y forestales. Este texto se ha elaborado a partir de una revisión bibliográfica y un análisis de los documentos, la legislación y las noticias publicadas en diversos medios de comunicación. El marco temporal abarca desde el año 2018 hasta el 2022. Como resultados de este trabajo, se indica que la orientación política del gobierno de Bolsonaro respecto a la cuestión ambiental se orienta a favorecer la apropiación de la naturaleza y los territorios por parte del capital.

Palabras clave: Cuestiones Medioambientales. Gobierno de Bolsonaro. Conflictos Medioambientales. Desmantelamiento Institucional.

INTRODUÇÃO

Em um contexto de novas formas de governo, com o questionamento das instituições políticas e de Estado em vários países do mundo, seja a partir de ações de cunho neoliberal, seja por experimentos políticos do campo que se denomina “extrema direita”, um dos representantes destes ideários se elegeu, em 2018, para ocupar a Presidência da República no Brasil. Tal feito, que ocorreu em meio a uma crescente e violenta polarização política, é resultado de cinco anos de campanha, a partir de uma aliança de setores liberal-conservadores.

No conjunto desses governos no mundo atual, incluso o Brasil, há traços extremistas, neofascistas, autoritários, populistas de extrema direita e discursos afeitos ao que se tem chamado de pós-verdade e *fake news* (mentiras e falácias que circulam como se fossem notícias ou evidência científica). Além disso, está em curso uma agenda pública de políticas de costumes tidas como conservadoras, assim como o culto armamentista, que apregoa a aquisição, porte e uso de armas de fogo, pela sociedade civil, como reação a um certo tipo de criminalidade (assaltos etc.) e defesa da propriedade privada, além de pouca ou nenhuma solidariedade social com grupos denominados como minorias, historicamente cerceados do acesso a direitos.

A jornada política do atual presidente do Brasil⁴ é marcada por uma série de pronunciamentos considerados polêmicos em vários aspectos e amplamente divulgados pelas mídias tradicionais, por mídias que se denominam alternativas e por *sites* e redes sociais tanto do campo da direita quanto da esquerda.

Em relação à temática ambiental, antes mesmo de tomar posse, o novo presidente, durante a campanha, anunciava que poderia extinguir o Ministério do Meio Ambiente (MMA), podendo realizar uma fusão com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A forte repercussão nacional e internacional considerada negativa, inclusive por agentes do mercado internacional, fez Jair Bolsonaro recuar nessa iniciativa; contudo, ainda assim, as ações do MMA foram reconfiguradas para beneficiar setores que defendem a exploração intensa dos elementos da natureza, entendidos, por essa lógica, como “recursos naturais”.

Entretanto, diante deste cenário de exploração e extração intensa da natureza e aumento de conflitos ambientais no Brasil, o presidente e o alto escalão do governo federal enunciam discursos relativos a teorias da conspiração (antiglobalismo, marxismo cultural etc.), duvidam do aquecimento global sem argumentos de base científica e conhecimento técnico suficiente e promovem hostilidades a instituições brasileiras de ensino e pesquisa.

Esse grupo que ocupa uma parte do governo brasileiro desde 2018 demonstra-se alinhado à política de Donald Trump, ex-presidente dos Estados Unidos, e a um conjunto de políticos de extrema-direita mundo afora que demonstram ter táticas e estratégias de beligerância semelhantes, e promovem a criação e divulgação de *fake news*. A circulação de mentiras como ferramenta desse modo de fazer (anti)política tem, como resultado prático, o desvio de foco do debate público de temas fundamentais relativos à realidade do país para “fatos” fantasiosos, que nada afetam – uma vez que inexistem – a vida cotidiana de milhões de brasileiras e brasileiros. De acordo com o site de checagem de fatos “aosfatos.org”, em 1.358 dias como presidente, Bolsonaro deu 6.286 declarações falsas ou distorcidas⁵. E destas, cerca de 20 informações falsas e distorcidas são relativas à pauta ambiental.

Desta forma, o objetivo deste artigo é apresentar um panorama das mudanças na legislação e do desmonte das instituições ambientais durante o atual governo federal. Este texto foi produzido a partir de uma revisão bibliográfica e da análise de documentos, legislações e notícias publicadas em diversas mídias. O recorte temporal compreende o ano de 2018 até 2022.

Este texto está estruturado em três seções de desenvolvimento: na primeira, analisamos alguns dos acontecimentos mais importantes referentes à questão ambiental no país a partir do início da

⁴ Como uma das expressões deste complexo processo político, Jair Messias Bolsonaro foi eleito com 55.13% dos votos (total de 57.797.456 votos), contra 44.87% do segundo candidato, Fernando Haddad, representante do Partido dos Trabalhadores (PT), que obteve um total de 44.87% dos votos (totalizando 47.040.819). Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Outubro/eleicoes-2018-justica-eleitoral-conclui-totalizacao-dos-votos-do-segundo-turno>. Acesso em: 21 ago. 2022.

⁵ Mais informações disponíveis em: <https://aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/>.

gestão de Jair Bolsonaro. Na segunda parte, desdobramos a análise sobre a gravidade de eventos ambientais específicos ocorridos no período definido para os objetivos do artigo; na terceira seção apresentamos conflitos do campo referentes à exploração mineral nos últimos anos, bem como os desdobramentos recentes do atual governo federal.

INÍCIO DO MANDATO BOLSONARO

Em 2018, Ricardo Salles foi nomeado como ministro do MMA. Ele havia sido condenado em primeira instância por fraude quando era Secretário Estadual de Meio Ambiente em São Paulo, em razão da sua participação na elaboração de plano de manejo em uma Área de Proteção Ambiental que favoreceu empresas mineradoras. A partir de então, medidas e decretos foram expedidos mudando e reduzindo a capacidade de atuação, desregulamentações de leis e aparatos institucionais considerados como uma conquista social desde a década de 1980 e até cerceando a ação de servidores públicos da área ambiental.

No período de crise política e ambiental em que o Brasil se encontrava em 2020, durante a pandemia da Covid-19, ocorreram disputas em favor da simplificação das leis ambientais, em acordo com a política econômica de viés liberal adotada pelo agronegócio e apoiada pelos demais setores, como o industrial e o político. Ao mesmo tempo, o negacionismo diante da mudança climática é mais um aspecto da incompreensão e inadmissão dos impactos sobre a biodiversidade dos ecossistemas e biomas brasileiros (Fante, 2020).

A representação inicial disto foi o ato de reestruturação ministerial definido no Decreto nº 9672 de 02 de janeiro de 2019⁶, que extinguiu a Diretoria de educação ambiental do MMA e restringiu a educação ambiental a uma das atuações da Secretaria de Ecoturismo do Ministério do Meio Ambiente. Como reação a este ato, foi elaborado um manifesto⁷ assinado por 222 grupos e entidades da comunidade acadêmica do campo da educação ambiental (EA). Além disso, ocorreu o deslocamento da Agência Nacional de Águas para o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e, logo após, a ida do Serviço Florestal Brasileiro para o Ministério da Agricultura, para ficar sob o comando do ex-deputado ruralista Valdir Colatto (MDB-SC).

Em seguida, no mês de abril de 2019, o Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) e Marcio Bittar (MDB-AC) apresentaram um projeto de lei para acabar com a área de reserva legal em propriedades rurais para que se permita a exploração econômica da área com a alegação do "direito constitucional de propriedade" e que a ideia de "reserva legal" é "ecologismo radical". Em contraposição a esta medida, foi elaborada uma nota técnica com a assinatura de 116 pesquisadores da Embrapa contra esse projeto.

⁶ Mais informações disponíveis em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9672.htm.

⁷ Manifesto disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/45229>.

No mês de maio daquele mesmo ano, o ministro Salles anunciou a revisão de todas as Unidades de Conservação do país, desde o Parque Nacional de Itatiaia (criado em 1934) até o Refúgio da Vida Silvestre da Ararinha Azul (criado em 2018), argumentando que estas Unidades foram criadas "sem critério técnico" e que poderiam ter os seus traçados revistos ou serem extintas. Ainda, naquele mês, o Ministério desconsiderou um parecer técnico do Ibama que vetava a exploração de petróleo próximo ao Parque Nacional de Abrolhos. Ana Maria Pellini (ex-secretária do meio ambiente do Rio Grande do Sul conhecida por arbitrar a favor de empresas mineradoras no estado), Secretária Executiva do MMA, não acatou as argumentações técnicas, alegando a "relevância estratégica do tema", e autorizou a realização de um leilão em outubro para a oferta de sete blocos de exploração de petróleo na região.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a partir da demissão do presidente Adalberto Eberhard (que levou três diretores do Instituto a também pedirem demissão e um quarto a ser demitido), abriu caminho para que Ricardo Salles anunciasse pelo Twitter as nomeações do "coronel da PM Lorencini, tenente da PM Simanovic, major da PM Marcos Aurélio e major da PM Marcos José. Houve a possibilidade da fusão do ICMBio ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Junto a este conjunto de medidas, por meio do MAPA foram liberados 290 novos agrotóxicos em 205 dias⁸ do atual governo; em 2020 foram registrados mais 405 agrotóxicos. Essas liberações atingem um número recorde em relação aos últimos dez anos. Há ainda 241 novos pedidos de registro acatados e que podem seguir pelo mesmo caminho. O governo alega que a celeridade na liberação de novos registros ocorreu devido a medidas adotadas para desburocratizar os processos.

De modo geral, pelo menos até maio de 2021, foi constatada a queda de 34% no número de multas ambientais aplicadas pelo IBAMA por desmatamento ilegal, sendo o menor em 11 anos no Brasil. Em diferentes circunstâncias, a fiscalização ambiental está sendo desprestigiada pelo governo. Por exemplo, o ministro Salles recriminou publicamente, a pedido do Presidente, os fiscais que destruíram equipamentos usados no desmatamento ilegal de uma Unidade de Conservação no Pará, apesar de um decreto federal autorizar esse procedimento em certas situações. Além disso, está ocorrendo a revisão das multas ambientais aplicadas pelos fiscais em todo o Brasil, mesmo sem essa demanda por parte dos infratores.

Desde o marco dos 100 dias⁹ de governo Bolsonaro até o mês de julho de 2019, evidenciou-se a desregulamentação das instituições ambientais de Estado, estabelecidas ao longo dos últimos 30 anos e da legislação vigente. As mudanças estão provocando conflitos socioambientais gerados pelo próprio Estado, por meio deste governo, afetando a dinâmica de vidas (humanas e não humanas)

⁸ Destas substâncias, 41% são classificadas como altamente ou extremamente tóxicas e quatro produtos foram proibidos em diversos países. Mais informações disponíveis em: <https://www.dw.com/pt-br/minist%C3%A9rio-da-agricultura-libera-novos-agrot%C3%B3xicos/a-48823120-0>.

⁹ As políticas ambientais realizadas ao longo do governo atual estão sistematizadas em arquivo produzido pelo Greenpeace no link: <https://www.greenpeace.org.br/hubfs/atos-medidas-bolsonaro-100dias.pdf>.

sobre a terra, a lógica de propriedade fundiária, as temporalidades do viver e o significado dos lugares para as populações que historicamente habitam estes lugares.

DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA, SEGURANÇA NACIONAL E DERRAMAMENTO DE ÓLEO NO LITORAL

O INPE publica que o número de alertas de desmatamento e degradação aumentou cerca de 88% em relação ao mesmo mês de 2018. No primeiro semestre do ano, os alertas de desmatamento em terras indígenas aumentaram 38% e, em Unidades de Conservação federais, aumentaram 85%. O presidente Jair Bolsonaro chama os dados do Instituto de manipulados e insinua que o diretor Ricardo Galvão possa estar “a serviço de uma ONG”. “Nós entendemos a importância da Amazônia para o mundo, mas a Amazônia é nossa. Não vai ter mais aquele tipo de política que era feita no passado”, disse Bolsonaro.

De agosto a dezembro do mesmo ano, o governo enunciou discursos negacionistas, com construção argumentativa de pós-verdade, atitudes autoritárias e desmonte das instituições de Estado responsáveis pela promoção, defesa e fiscalização de ações ambientais no Brasil. Alguns exemplos são possíveis de serem percebidos quando, no início do mês de agosto em 2019, o Ministro do Meio Ambiente defende um novo modelo econômico para a Amazônia, baseado na “soberania nacional”, e avalia que o fundo Amazônia é inexpressivo frente às necessidades da região.

Em relação a isso, logo após a Alemanha suspender investimentos para proteção à Amazônia, em função das altas taxas de desmatamento, Bolsonaro declarou: “Eu queria até mandar recado para a senhora, querida Angela Merkel, que suspendeu 80 milhões de dólares pra Amazônia. Pega essa grana e refloreste a Alemanha, tá ok? Lá está precisando muito mais do que aqui”¹⁰.

Com resultado dos embates públicos sobre o desmatamento na Amazônia, ainda em agosto do mesmo ano, estimulados pelo Presidente Bolsonaro, fazendeiros e grileiros de terra da região de Novo Progresso, no sudoeste do Pará, realizam o “dia do fogo” com a queima coordenada de pastagens, áreas invadidas e desmatamento. Um dos organizadores afirmou: “Precisamos mostrar para o presidente que queremos trabalhar e o único jeito é derrubando. E para formar e limpar nossas pastagens, é com fogo”¹¹. Após o dia 15, em 19 de agosto o céu da cidade de São Paulo escureceu às 15h, devido às condições climáticas e à fumaça vinda das queimadas da região Amazônica. O Ministro Ricardo Salles associou o fenômeno das queimadas a *fake news*. No dia 21 de agosto, o presidente Jair Bolsonaro declarou que ONGs podem ser responsáveis pelas queimadas na Amazônia,

¹⁰ Notícia disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/pega-essa-grana-refloreste-alemanha-ta-ok-dizbolsonaro-em-recado-angela-merkel-23877808>. Acessado em: 20 set. 2022.

¹¹ Notícia disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/10/23/responsaveis-pelo-dia-do-fogo-na-amazonia-fizeram-vaquinha-para-ampliar-queimadas>. Acessado em: 20 set. 2022.

pois seria retaliação ao corte de verbas para as organizações. Além disso, afirma que governadores da região Norte são coniventes com a situação.

Ainda, no mesmo mês, o Presidente publicou o Decreto 9.985/2019, que autoriza o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem (GLO), para ações subsidiárias nas áreas de fronteiras, nas terras indígenas, em unidades de conservação federais e em outras áreas da Amazônia Legal. O objetivo é combater os incêndios na região da Amazônia. E, por fim, no dia 30 de agosto, o presidente apresenta a Proposta de Plano Plurianual 2020-2023 (PLN 21/2019), encaminhada pelo governo ao Congresso Nacional, que consolida o desmonte das políticas e órgãos ambientais. Políticas do MMA, como mudanças climáticas, conservação da biodiversidade e qualidade ambiental urbana ficam com menos de 2% do orçamento.

No mês de setembro, foi divulgado que, desde janeiro até dois de setembro de 2019, o Inpe registrou mais de 93,1 mil focos de queimadas no país, um aumento de 64% em comparação ao mesmo período de 2018. Alertas de desmatamento na Amazônia também aumentaram em 321% em agosto. No mesmo mês, em discurso na ONU, presidente Bolsonaro ataca adversários políticos, como o líder indígena Raoni Metuktire e o presidente da França, Emmanuel Macron. Também tenta minimizar o aumento das queimadas na Amazônia e insinua que a culpa seria dos povos indígenas. Além disso, reafirma a posição contra a demarcação de terras indígenas.

Dois dias após, em 26 de setembro, manchas de óleo no litoral atingiram 779 locais no Nordeste e Sudeste, desde o final de agosto. A substância é petróleo cru e afeta a vida de animais marinhos e cidades litorâneas. O Ministro e o governo parecem ignorar a existência do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional (PNC) e insinua que a organização não governamental, Greenpeace, poderia ter derramado o óleo no mar. Até o dia 04 de novembro de 2019, foram recolhidas mais de 4,5 mil toneladas de óleo misturado com areia do litoral nordestino. Segundo a revista Piauí, seria possível preencher 27 mil barris de petróleo.

No mês de novembro, devido a esse conjunto de políticas, ações e fake News por parte do governo, o Coletivo de Advocacia em Direitos Humanos (CADHu) e da Comissão Arns denunciaram o presidente Jair Bolsonaro ao Tribunal Penal Internacional por crime contra a humanidade e por incitar o genocídio do povo indígena. No final do mês, Bolsonaro orientou que ninguém doasse dinheiro para ONG's e acusou sem provas o ator Leonardo DiCaprio de pagar para que colocassem fogo na Amazônia. "Agora, Leonardo DiCaprio é um cara legal, né? Dando dinheiro para tacar fogo na Amazônia", afirmou o presidente. Ao mesmo tempo, em 04 de dezembro, o ministro Ricardo Salles se reuniu com infratores ambientais e suspendeu a fiscalização na Reserva Extrativista Chico Mendes. Salles se reuniu com o indivíduo que ameaçou de morte um servidor do ICMBio para discutir o futuro da reserva extrativista e reclamar de suposta truculência de agentes do Instituto. Apenas em 2019, o desmatamento na unidade de conservação aumentou em 203%.

Além do conjunto de *fake news* e negacionismos sobre o desmatamento na Amazônia e as manchas de óleo no litoral brasileiro, outra faceta desse governo em relação às políticas ambientais se destaca: o impedimento das ações de fiscalização ou ações como, por exemplo, a do presidente do Ibama, que liberou a exportação de madeira nativa, contrariando o laudo assinado por cinco técnicos de carreira do órgão. A decisão acabou com a necessidade de que o órgão de fiscalização ambiental autorize a exportação de cargas de madeira retiradas da floresta do país.

Ao mesmo tempo, há um movimento de militarização de algumas políticas e conselhos, como no caso do Conselho da Amazônia que ficou composto com dezenove militares, quatro delegados da Polícia Federal, mas nenhum representante do Ibama, do ICMBio ou da Funai. A mudança seria uma estratégia para novos apoios internacionais ao fundo, devido ao desgaste político do ministro do Meio Ambiente.

No mesmo mês, o presidente Bolsonaro publicou o Decreto 10342/2020, que autoriza o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem na faixa de fronteira, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas federais nos Estados da Amazônia Legal. O mesmo decreto subordina os órgãos ambientais ao Ministério da Defesa.

Ainda em meados de 2020, o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Celso de Mello, autorizou a publicação do vídeo da reunião interministerial do dia 22 de abril. Durante a reunião, o Ministro Ricardo Salles falou:

Então pra isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só se fala de covid, e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas”. Além disso, ele afirma que seu Ministério é o mais difícil de passar qualquer mudança infralegal, porque “tudo que a gente faz é pau no Judiciário, no dia seguinte.¹²

No final do mês de agosto, o ministro Ricardo Salles anunciou a paralisação de todas as operações de fiscalização e combate a desmatamentos e incêndios. Após isso, incêndios catastróficos ocorreram no Pantanal, afetando cerca de 30% da área do bioma, a biodiversidade e as comunidades locais. Houve, ainda, atraso na definição das brigadas de incêndios, bem como interrupções episódicas das atividades de combate, enquanto as chamadas avançavam sem controle. O número de focos de incêndio de 1º de janeiro a 22 de outubro de 2020 foi de 89.604 (Fante, 2020).

E outro fato marcante da política ambiental do governo Bolsonaro foi quando o poder executivo federal enviou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei (PL) 191/2020, que libera a mineração e outras atividades de alto impacto ambiental em terras indígenas, o que é um dos setores estratégicos e em expansão durante o atual governo.

¹² Notícia disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/salles-sugere-ir-passando-a-boiada-para-mudar-regras-durante-pandemia/>. Acessado em: 20 set. 2022.

Além disso, em dezembro de 2021 foi aprovado o então Projeto de Lei (PL) 2.510/2019, que permite o desmatamento em margens de rios nas zonas urbanas e a regularização de imóveis construídos em Áreas de Preservação Permanente (APPs). Isto é, a decisão sobre a metragem de recuo da mata ciliar fica a cargo do governo municipal. A lei atinge o Código Florestal que determina entre 30 e 500 metros de proteção, de acordo com o curso d'água. Essa aprovação foi endossada pela Bancada Ruralista¹³, uma vez que o principal interesse é a expansão do setor imobiliário, sem levar em conta a proteção das águas e dos rios, o que leva ao favorecimento da apropriação do capital dos territórios, sem nenhuma orientação que se aproxime de um uso minimamente sustentável.

Acsegrad (2004, 2010) postula que é possível refletir sobre dois processos que caracterizaram a territorialidade do capitalismo brasileiro, sendo que o primeiro diz respeito à concentração crescente do controle dos recursos naturais por poucos atores e a acumulação capitalista, que faz uso de escalas cada vez mais amplas de produção, de avanços sobre novos espaços sociais para a exploração do trabalho e de especulação fundiária. O segundo processo na construção desta territorialidade foi a privatização do uso de espaços com recursos naturais de uso comum, mais especificamente das águas e de minerais, com a reprodução de um modelo da sociedade capitalista moderna e intensificação da produção do trabalho no ambiente (Acsegrad, 2004).

Destacamos que a dificuldade de obter informações públicas sobre as políticas e os conflitos ambientais coincide com diversas medidas do governo do presidente de Jair Bolsonaro (PL), marcado por ataques a jornalistas, ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) responsável pelo Censo e geração de dados sociais, bem como ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) que gera dados, desde 2004, sobre o desmatamento da Amazônia¹⁴. Isto tudo é endossado com base em um forte apoio às demandas da bancada ruralista no congresso nacional.

CONFLITOS DO CAMPO E EXPLORAÇÃO MINERAL

Em meio a este cenário político, o Brasil, de acordo com o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil¹⁵, até o mês de abril de 2017, está vivenciando cerca de 580 conflitos socioambientais que foram notificados por povos, comunidades e pesquisadores (as) no Brasil. Em outra plataforma que é conhecida como Ejabatlas¹⁶, dos cerca de 2840 conflitos ambientais autotificados no mundo por organizações e movimentos sociais, no Brasil estão autotificados

¹³ Bancada Ruralista tem sido usualmente referida como o conjunto de representantes do agronegócio no Congresso Nacional.

¹⁴ Mais informações estão disponíveis em: http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5138.

¹⁵ O mapeamento está disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>.

¹⁶ Disponível em: <https://ejatlas.org/>.

133 conflitos ambientais. Este dado coloca o país como o terceiro com o maior número de conflitos ambientais na plataforma.

No Mapeamento dos Conflitos do Campo, anualmente realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), cerca de 860 mil pessoas estiveram envolvidas em conflitos no campo, em 2019. Nos conflitos especificamente por terra, foram 118.080 famílias envolvidas (CPT, 2020). Foram registrados 489 conflitos por água pela CPT, envolvendo 69.793 famílias com o maior número de ocorrências desde que a CPT começou a registrá-los, em 2002. Milhares de famílias pescadoras e marisqueiras foram impactadas devido ao vazamento de óleo, além disso, a região Nordeste ficou em evidência nos Conflitos pela Água, a somar 234 eventos, ou 47,9% do total.

As mineradoras estão relacionadas a 38,8% desses conflitos no campo brasileiro (CPT, 2019). Nos conflitos especificamente por terra, foram 118.080 famílias envolvidas (CPT, 2019). As ocorrências de conflitos no campo aumentaram em 3,9%, com 1.489 ocorrências. A região Norte, que abarca a Amazônia brasileira, teve 92% da extensão de terras implicadas em conflito no total do país. Além de ter cumprido sua promessa de não demarcar um centímetro de terra indígena, o governo Bolsonaro, através do Ministério da Justiça, devolveu 27 processos de demarcação à Fundação Nacional do Índio (Funai), no primeiro semestre de 2019, para que fossem revistos. Esta ação, certamente, implica maiores obstáculos, senão o próprio impedimento, ao cumprimento dos direitos constitucionais dos indígenas que reivindicam seus territórios ancestrais. Também foi registrado o total de 113 registros de indígenas assassinados em 2019, de acordo com dados oficiais da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), o que é um pouco menor do que o total sistematizado em 2018, que foi de 135. Os dois estados que tiveram o maior número de assassinatos registrados foram Mato Grosso do Sul (40) e Roraima (26)¹⁷. O Mato Grosso do Sul foi o segundo estado onde mais ocorreu constantes e violentos ataques, em que há até mesmo o registro de práticas de tortura, inclusive de crianças (CIMI, 2020). Enquanto os dados parciais apontam que, em 2022, já são 14 assassinatos por conflitos no campo (4 no Pará), isto é, os Estados da Amazônia concentram 28 dos 35 assassinatos de 2021 (80%). Das 35 vítimas, 33 eram homens e 2 eram mulheres, bem como entre as ocorrências de conflitos, duas foram massacres (morreram 3 pessoas ou mais). Ao todo, 100 pessoas foram presas no ano passado, um aumento de 45% em relação a 2020. Dessas, 30, quase um terço do total, foram presas em um conflito em Rondônia. Os estados com maior número de assassinatos foram: Rondônia, com 11; Maranhão, com 9; Roraima, Tocantins e Rio Grande do Sul, cada um com 3 (CPT, 2022).

Em consonância com estes números, no Brasil, de acordo com o estudo e a sistematização

¹⁷ Importante ressaltar que os dados fornecidos pela Sesai sobre “óbitos resultados de agressões” não permitem análises mais aprofundadas, porque não apresentam informações sobre a faixa etária e o povo das vítimas, e nem as circunstâncias destes assassinatos. Eles ainda estão sujeitos à revisão, o que significa que a quantidade de casos pode ser maior (Cimi, 2020).

dos dados realizada pelo projeto Latentes (2018)¹⁸, existem 4.536 áreas em que assentamentos, quilombolas, reservas indígenas e áreas de proteção são vizinhas ou têm intersecção com áreas ativas de exploração mineral. Estes conflitos socioambientais, além de representarem novas dinâmicas espaciais locais e regionais, somam-se à escalada de violências e conflitos agrários no Brasil. Sob essa perspectiva, Gonçalves (2016) discute que, além da água e da terra, o subsolo compõe os territórios em disputa e deve ser levado em consideração para entender a questão agrária brasileira contemporânea.

No início de 2022, foram divulgadas as propostas que tramitam na Câmara e Senado, sendo que a maioria dos projetos tem relação direta com o estímulo ao desmatamento e à continuidade do processo de desmonte da legislação ambiental. Uma das principais é a modificação da Lei Geral do Licenciamento Ambiental, PL 3729/2004¹⁹. O projeto inclui a flexibilização de medidas de licenciamento ambiental para empreendimentos como rodovias e outros, reduz a regulamentação e fiscalização dos órgãos competentes, além da possibilidade de descentralização do licenciamento ambiental, isto é, destinar a avaliação de uma quantidade de projetos aos governos estaduais e municipais, sendo que estes contam com menor capacidade técnica e institucional. Ademais, atividades de mineração, ampliação ou asfaltamento de estradas e indústrias poluidoras de baixo e médio impacto ambiental poderão ser autolicienciados. Segundo um coletivo de assessores/dirigentes/senadores da Bancada do PT no Senado, Greenpeace, MST e Terra de Direitos “A votação do PL 3729/2004, da Lei Geral do Licenciamento Ambiental, em caráter de urgência e sem debate público é clara evidência de que a “porteira” para passagem das boiadas foi aberta”²⁰.

De acordo com o Relatório de Conflitos socioambientais e violações de Direitos Humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil (2021), os dados referentes a 2018 e 2019 apresentam os fatores para os conflitos ambientais que variam desde desmatamento das áreas, especulação imobiliária e existência de latifúndios à necessidade de proteção desses territórios frente às pressões de agentes externos. O relatório demonstra que a atividade privada é a principal desencadeadora dos conflitos. As dificuldades socioeconômicas estão intimamente relacionadas com os conflitos e suas consequências socioambientais. A principal estratégia para denúncia de violações a direitos é a articulação com entidades/organizações parceiras, o que é seguida de denúncia aos órgãos competentes na esfera municipal e estadual.

Durante o ano de 2022, o interesse claro do governo Bolsonaro de exploração mineral em áreas protegidas ou demarcadas, como as indígenas, continuou a se desenvolver. No debate

¹⁸ O Projeto Latentes realiza mapeamentos a partir de dados coletados no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no Ministério do Meio Ambiente (MMA) e na Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Mais informações disponíveis em: <http://livre.jor.br/latentes/conflitos-latentes>.

¹⁹ A proposta da nova Lei Geral de Licenciamento Ambiental foi aprovada pela Câmara dos Deputados em 13 de maio de 2021 sem diálogo com a sociedade civil, e agora está no Senado aguardando votação.

²⁰ Conferir: <https://cdn.brasildefato.com.br/documents/6d4411c718063c297f261cae0a02089d.pdf>.

promovido no dia 22 de junho, na audiência pública da Comissão de Meio Ambiente (CMA) no Senado, o senador Fabio Contarato (PT-ES) frisou que os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais são os verdadeiros guardiães da sociodiversidade, mas que estão atualmente sendo dizimados pelo governo federal.

Ricardo Abramovay sustenta que a infraestrutura para um empreendedorismo socioambiental sustentável passa por dotar as localidades com internet, escoamento, energia e, sobretudo, condições de vida digna para os povos que cuidam e vivem da floresta²¹. Na mesma direção, o coordenador do Instituto Socioambiental (ISA) e Membro do ÓSocioBio, Jeferson Straatmann, salienta a necessidade de uma defesa da economia integrada com a atenção à sociobiodiversidade. As ações do Governo têm demonstrado que o Brasil caminha na contramão de uma produção ambientalmente responsável.

Na esteira da possibilidade de reeleição, Bolsonaro já lançou o seu plano de campanha. A proposta utiliza conceitos como “desenvolvimento sustentável”, mas não sustenta ações que diretamente ensejam esse propósito. Além disso, omite dados oficiais sobre o desmatamento. Segundo dados do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE,2022), o número de alertas registrados nos cinco primeiros meses de 2022 é o maior desde 2016. No período, foram contabilizados 2.744,41 km² de áreas sob alerta. O acumulado de 2022 (entre janeiro e maio) já representa 21 por cento do que foi desmatado em 2021.

No entanto, em abril de 2022, o Supremo Tribunal Federal (STF) conseguiu derrubar três decretos sobre política ambiental que ficaram conhecidos como “Pacote Verde”. Os três decretos versam sobre a exclusão da participação da sociedade civil do conselho deliberativo do FNMA (Fundo Nacional do Meio Ambiente); o afastamento dos governadores de estados da Amazônia legal do Conselho Nacional da Amazônia Legal; e a extinção do Comitê Organizador do Fundo Amazônia — que implicou o afastamento integral da sociedade civil de manifestações sobre o fundo. Consideramos, até o momento, que é uma das poucas vitórias da participação da sociedade civil, para além do voto nas eleições, e uma contribuição de embate aos inúmeros retrocessos da atual política ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo discutir as mudanças na legislação ambiental e o desmonte do aparato institucional relativo à proteção ambiental durante o atual governo federal. Em meio à promoção de criação e circulação de mentiras e distorções de fatos, fenômeno conhecido como *fake news* – inclusive no que se refere a questões e conflitos socioambientais, haja vista os episódios

²¹ Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/06/22/desmonte-da-politica-ambiental-e-entrou-para-economia-dizem-especialistas>.

relativos à divulgação dos dados sobre o aumento do desmatamento da Amazônia pelo INPE –, o governo Bolsonaro têm agido no sentido de acelerar a destruição da natureza e acentuar as violências sofridas pelos povos do campo e da floresta que defendem seus territórios.

Os conflitos socioambientais se multiplicam desde 2018, tanto em diferentes biomas, quanto impactando diferentes grupos sociais cujo território significa tanto o acesso aos recursos para sobrevivência, quanto sua identidade. Portanto, apoiamo-nos no conceito de territorialidade, seja como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar e se identificar com uma área do ambiente (Little, 2002), ou, também, mais especificamente relacionada ao capitalismo, no que diz respeito à concentração dos recursos naturais e privatização dos espaços de uso comum (Acserald, 2004, 2010). De toda forma, o desmonte do que foi conquistado, sobretudo a partir da Constituição Federal de 1988, trata-se de uma política de governo orientada, seja pela falta de investimento e de fiscalização ambiental, bem como pelos retrocessos legislativos, portanto, não apenas um conjunto de ideias conspiratórias do atual mandato.

Destacamos os movimentos de reação e que resistem a essas políticas ambientais no Brasil, mesmo que em correlação de força desfavorável, e alguns em fase inicial de organização, denunciando o uso abusivo de agrotóxicos e a devastação da Amazônia, manifestando sua posição contrária à mineração do Sul ao Norte do país, com denúncia do racismo ambiental e questionamento das grandes empresas pesqueiras, entre outros. Estas organizações e movimentos sociais elaboram projetos relativos a temas como a agroecologia, projetos locais de vida, preservação da biodiversidade, turismo natural local e criação de redes de consumidores orgânicos. Isto é, mesmo diante deste governo que espalha organizadamente desinformação, um processo intenso de lutas e mobilizações está se gestando no Brasil para os próximos anos.

Enquanto isso, a base de apoiadores(as) de Bolsonaro tende a encolher após uma desastrosa má gestão da economia e da pandemia da COVID-19, embora o que resta dela tenha se tornado ainda mais radical. Ameaças à divisão de poderes e planos de golpe contra a democracia, alimentados por sempre novas teorias da conspiração, também tendem a continuar sob o governo de extrema-direita. Ainda que as chances de Bolsonaro vencer as eleições de 2022 para um segundo mandato pareçam distantes, de acordo com as pesquisas de opinião até o momento, possivelmente a questão ambiental se tornará um dos grandes temas de debates durante as eleições, dada a magnitude da catástrofe antiambiental que o governo de Bolsonaro representa.

Mesmo que as teorias da conspiração de extrema direita no Brasil tenham sido analisadas em relação aos seus impactos nas eleições de 2018, nas políticas educacionais, nos debates de gênero e negacionismo científico, ainda há questões consideráveis sobre como as *fake news*, a pós-verdade e as políticas de extrema direita afetam a questão socioambiental no Brasil. E a partir deste artigo estamos nos propondo a dar continuidade a esses estudos e diálogos no campo da sociologia.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. (Org.) *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ACSELRAD, H. (Org.). Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*. n. 24, v. 68, 2010. p.103-119.

ASCEMA. Associação Nacional dos Servidores de Meio Ambiente. *Cronologia de um desastre anunciado: Ações do governo Bolsonaro para desmontar as políticas de meio ambiente no Brasil*. Brasília – DF. 2020. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2020/09/Dossie_Meio-Ambiente_Governo-Bolsonaro_revisado_02-set-2020-1.pdf. Acesso em: 10 dez. 2020.

BARROS, Savio; MEDEIROS, Alzira; GOMES, Erina Batista (orgs). *Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil: relatório 2021*. 2a. Ed. Olinda-PE: Conselho Pastoral dos Pescadores, 2021.

CIMI. Conselho Missionário Indigenista. *Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2019*. Brasília, DF. 2020. <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2019-cimi.pdf> . Acesso em: 07 out. 2020.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no Campo Brasil 2018*. Goiânia – GO. Brasil, 2019.247p.

FANTE, E. Causas e efeitos da mudança do clima nos biomas Amazônia e Pampa. 2020. Disponível em: <https://rosalux.org.br/causas-e-efeitos-da-mudanca-do-clima-nos-biomas-amazonia-e-pampa/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

GLASS, Verena. O desenvolvimento e a banalização da ilegalidade: A história de Belo Monte In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; FILHO PEREIRA, Jorge (Orgs.). *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento /*; traduzido por Igor Ojeda. - São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.472 p.

GONÇALVES, R. J. A. F. *No horizonte, a exaustão: disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de mineração em Goiás*. 504f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2016.

LITTLE, P. TERRITÓRIOS SOCIAIS E POVOS TRADICIONAIS NO BRASIL: Por uma antropologia da territorialidade. Brasília, Série Antropologia 322, 2002